

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO COMO UM MEIO DE DESNATURALIZAR O PRECONCEITO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL CONTRA O RACISMO A PARTIR DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Lucas Farias Araújo

lucasfaraisaraujo222@gmail¹

Eder Marques Paiva

Edermp55@gmail.com²

Lucas Bussi Ferreira do Sacramento

lucasbussi88@gmail.com³

Resumo

O presente artigo propõe a discussão da desnaturalização do preconceito étnico-racial por meio do pensamento geográfico. Assim, também, ponderar práticas educacionais atreladas às especificidades do objeto científico, se fundamentando na linha epistemológica da Geografia para com ela, combater o racismo com a finalidade de alcançar uma reflexão crítica da realidade, educação libertadora e a construção da cidadania. Destarte, se utilizando de metodologias dedutivas e referencial teórico para fundamentar a pesquisa. Inferindo assim, respostas para a problemática em questão, a exemplo de consciência étnico racial, reflexão crítica do espaço e transformação social.

Palavras-chave: Geografia. Desnaturalização. Racismo. Justiça.

Introdução

O Racismo, segundo Gomes (2012) é um termo amplo e complexo, que remete a um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Durante séculos, devido a forte influência da elite europeia na

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia. Bolsista do PIBID. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Belém. Belém-PA. Trabalho feito a partir da angústia em analisar os componentes debatidos nesse trabalho.

² Graduando em Licenciatura em Geografia. Bolsista do PIBID. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Belém. Belém-PA. Trabalho feito a partir da angústia em analisar os componentes debatidos nesse trabalho.

³ Graduando em Licenciatura em Geografia. Bolsista do Residência Pedagógica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Belém. Belém-PA. Trabalho feito a partir da angústia em analisar os componentes debatidos nesse trabalho.



produção do espaço brasileiro, o racismo foi impregnado e reproduzido pelas principais esferas da sociedade, materializado em leis e discursos que finalizavam tratar o negro como uma raça inferior aos brancos.

Desde o século XVI a população brasileira possui – em sua maioria – negros e descendentes de negros, apesar disso, o espaço brasileiro foi construído através de relações racistas, que ainda perduram em nosso meio. Com o passar dos anos, ocorreram muitas conquistas que contribuíram para amenizar o racismo em nossa sociedade, porém ainda se faz necessário medidas que se opõe a essa problemática.

Dessa maneira, de modo geral, a escola tem um papel fundamental de formar cidadãos que estejam dispostos a combater o racismo. A Geografia, como componente curricular da escola tem o papel de fazer com que o aluno conheça o espaço, para enfim exercer a cidadania, atuando no mundo político e social em busca do mundo melhor. A participação efetiva no mundo político e social é pressuposto basilar ao pleno exercício da cidadania, e requer a mobilização de um conjunto de conhecimentos e saberes úteis, de cunho geográfico, histórico, matemático, sociológico e filosófico, entre outros, que perpassam como base às múltiplas dimensões da formação humana, inclusive, pela dimensão propedêutica e pedagógica, é nesse sentido que a escola corrobora com essa emersão social e cidadã.

Esse contexto inspirou a criação deste artigo, que objetiva vislumbrar mais precisamente a importância do ensino de geografia para o combate o racismo, pois a educação é uma das mais eficientes armas contra o preconceito. Dessa forma o artigo foi dividido em quatro partes, a primeira demonstra o papel da escola para a sociedade contemporânea, o segundo momento propõe-se a realizar a discussão espacial no sentido de promover reflexões sobre como o racismo fez e ainda faz parte da produção do espaço brasileiro, a terceira parte propõe-se a expor as questões étnico raciais e a educação escolar Brasileira, e por fim, o texto aborda sobre o conhecimento geográfico como prática á combater ao racismo.

Ensino de Geografia no Mundo Contemporâneo.

Iniciamos a discussão abordando algumas funções do conhecimento escolar para a sociedade contemporânea, mas para isso, se faz necessário uma breve explanação sobre algumas marcas que as caracterizam. A partir da percepção de Libâneo (2004) quando menciona Tourraine (1995) afirmar que atualmente estamos diante de uma “sociedade

informativa”, num país com tendências liberais que acarretam numa série de mudanças no modo de vida de cada indivíduo. Algumas reflexões feitas a partir desse processo levam alguns autores à integração qualitativa, como o próprio Libâneo (2004), a afirmarem que gradativamente este sistema político e econômico estimula ao individualismo, exclusão social e a uma crise de valores dentro da sociedade.

Ao educar o aluno para sociedade, a escola deve oferecer conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos sobre a sua realidade, porém isso não descarta uma educação voltada para esses valores, como destaca Libâneo (2004):

Além disso, ao lado do conhecimento científico e da preparação para o mundo tecnológico e comunicacional é necessária a difusão de saberes socialmente úteis, entre outros, o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência, o racismo e a segregação social, os direitos humanos. (LIBÂNEO, 2004, p. 45).

Ainda nessa linha de raciocínio, Libâneo (2004) realça a importância de a escola proporcionar (re)conhecimento sobre as diferenças e desenvolver no aluno uma consciência crítica, para que assim, o mesmo possa atuar ativamente em busca do respeito, justiça e igualdade em sua sociedade, pois desta forma, “A escola deve continuar investindo na ajuda aos alunos para que se tornem críticos, para se engajarem na luta pela justiça social e pela solidariedade humana.” (ibidem. p. 47).

O racismo está dentre os preconceitos que ainda são recorrentes no meio de nossa sociedade, e está aglomerado em meio a um *mosaico* de problemáticas sociais existentes no país, que contribuem para uma espécie de desânimo acerca da resolução das mesmas. Wettstein (1987) chama a atenção para essa particularidade de países periféricos, isto é, países sul-americanos e subdesenvolvidos, que contribuem para a formação de um Estado de desesperança, no qual as pessoas são bombardeadas diariamente sobre problemas a níveis econômicos, sociais, políticos e ambientais, tendo a escola como um desses meios que explanam sobre as problemáticas apenas como elas são, e não como as resolve, formando pessoas indispostas a buscar solucionar essas problemáticas. Dessa forma, o autor Wettstein (1987) destaca que:

Aceitar uma predisposição à desordem como característica substantiva de toda uma sociedade, traz implícita uma ideia de incapacidade para solucionar



nossos próprios problemas (por isso é difícil para os ingleses acreditar que um piloto argentino tenha afundado o *Sheffield* com um só míssil); e ao mesmo tempo se alimenta uma admiração pelas soluções dos outros (desenvolvidos) e uma tendência a imitar a ordem de fora para corrigir a “desordem” de dentro (WETTSTEIN, 1987, p. 129).

A Geografia, como parte do desenho curricular que aborda sobre as relações sociais, para Wettstein (1987), tem a missão de trazer de volta ânimo e disposição dos alunos para a resolução destas problemáticas, para ele “Se nós, professores de geografia, não assumirmos esta tese como axioma, estaremos traindo a nossa própria profissão.” (ibidem, p. 129).

Santos (2004) em sua obra “O espaço do cidadão”, já alertava sobre a necessidade do indivíduo exercer a cidadania em prol de uma sociedade mais justa e solidária, ou seja, se envolver na sociedade nas dimensões políticas e sociais, e para isso teria que partir de seu lugar, que é o encontro entre a sua realidade com o mundo. Intervir nas instituições que compõe o lugar de cada indivíduo, como a escola ao qual faz parte, possui extrema importância no conjunto dessas esferas sociais, políticas e educacionais complementam toda sociedade. Mas para intervir nesse lugar, o aluno precisa conhecer o seu espaço.

Diante disso, abarcando a discussão para o racismo, temos em vista que o espaço brasileiro foi construído – também – através de relações racistas, daí a importância de conhecer o espaço, perceber como isso aconteceu, o porquê e como mudar. De acordo com o Moreira (2007) “a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, ante de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade” (MOREIRA, 2007. p. 62). Nessa perspectiva, podemos afirmar que o aluno tem a necessidade de conhecer para se identificar e intervir no espaço, pois conhecendo o espaço, você conhece a si mesmo e ao próximo. Conhecer o espaço contribui para perceber razões de ainda existir o racismo em nossa sociedade e os processos que contribuem para sua permanência, e é esse espaço que a Geografia Escolar deve apresentar para os seus alunos. Com isso, Callai (2001) relata que:

A Geografia que estuda este mundo, expresso pela produção de um espaço resultante da história das sociedades que vivem nos diversos lugares, constituindo os diversos territórios, tem considerado a necessidade de formar o cidadão? A questão é situá-lo neste mundo e através da análise do que acontece dar-lhe condições de construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão da realidade. (CALLAI, 2001, p. 138)

A Geografia Escolar tem como objetivo fazer com que o aluno desenvolva uma consciência espacial para, enfim, cumprir um dos objetivos amplos da escola, que perpassa em intervir na sociedade de maneira crítica, em busca da justiça e igualdade. Cavalcanti (2011) afirma que a Geografia na escola “deve visar ao desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. Isso porque se tem a convicção de que a prática da cidadania, sobretudo nesta virada de século, requer uma consciência espacial.” (CAVALCANTI, 2011, p. 24).

Desta forma, se faz necessário a discussão sobre o espaço brasileiro em relação ao racismo e a desnaturalização a partir do ensino de geografia.

A História Da População Negra e a Influência Na Transformação Do Espaço.

A formação do espaço brasileiro advém de um conjunto de ações produzidos por sujeitos construídos por traços culturais e históricos, de tal modo o espaço “é a expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo[...]” (CARLOS, 2007, p.11). Assim, a formação de um espaço se correlaciona com ações pretéritas, nas quais moldaram o presente e contribuir para o estabelecimento de um possível futuro, de tal modo o espaço é uma atuação conjunta de relações sociais ao longo do tempo (CORRÊA,1995).

Outrossim, de acordo com Santos (2008), na sua obra “Natureza do Espaço”, propõe que o espaço é o acúmulo das técnicas, isto é, a associação de um sistema de ações e objetos que estão em constante movimento e transformação na realidade. Pois, o espaço é construído por eventos históricos-geográficos na dimensão das relações humanas. Por assim dizer, o espaço se dá a partir de uma conjuntura da reprodução da sociedade e uma noção de um desenvolvimento técnico na elaboração e consolidação no espaço, desse modo, definiu-se uma diversidade de configurações territoriais em escalas locais e globais num determinado espaço.

Dessa forma, de acordo com Correa (1995), o espaço é um produto social, ou seja, homem é o próprio produtor do espaço, tanto na sua dimensão material e imaterial. A partir desse pressuposto, tem-se um conjunto de objetos que materializam tal espaço, isto é, de acordo com Santos (2008):

É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se



confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (SANTOS, 2008, p.40).

Diante disso, a produção do espaço brasileiro é marcado por interconexões lógicas na qual o espaço se materializa, pois é formado por assimilações e articulações geográficas, históricas, étnico-raciais, culturais entre povos e nações.

Dito isso, a história da formação do espaço brasileiro se entrelaça com um continente majoritariamente povoado por uma população negra, ou seja, que tem origem no continente africano.

Dessa forma, o continente africano e o Brasil contém elementos em comum, ocasionado pela influência da história da população negra, em decorrência disso desenvolve-se características culturais marcantes, isto é, segundo Melo (2007) a cultura é um conjunto de obras humanas na qual consiste na organização e implementação de valores materiais e imateriais em determinado espaço.

Então, salienta-se aspectos culturais como a língua, religião, técnicas, experiência de produção, trabalho, arte e organização familiar e social que condicionam um determinado padrão de comportamento habitual que se inserem no processo de constituição histórica.

O legado cultural, tecnológico, humano, simbólico e econômico proveniente da África é parte constitutiva do continente americano. Não há como negar que tal legado abriga em seu bojo civilizatório desempenhado pelas populações negras na formação de muitos países, sobretudo na formação do Brasil (CORTEZ, 2011, p.8).

No entanto, uma parcela significativa da sociedade brasileira baseia-se em negar sua identidade multifacetada e a importância do negro na formação do país, pois a ideologia eurocêntrica preconceituosa e racista foi construída historicamente e estabelecida por diversos mecanismos como por exemplo o racismo institucionalizado devido a certas ações como os diversos processos de colonização europeia, fragmentação do território africano pós período de guerras, apartheid e entre outras ações contra o continente africano e a sua população. De certo modo, a exploração de um povo sobre outro povo, é um dos instrumentos que separa o conhecimento histórico da realidade africana, assim, segundo Santos (2008), o nível de civilização de um determinado povo capacita a existência de uma pirâmide cultural e gerando uma dificuldade de compreender o papel das dinâmicas sociais combinadas.

Deste modo, segundo Souza (2009), entre os séculos XIX e metade do XX, o continente africano e conseqüentemente a população africana era desprovida de história, com base em concepções tradicionais de hierarquia étnica, ou seja, o branco europeu era considerado um ser evoluído e civilizado e o negro um ser “primitivo” e “selvagem”, por causa desse discurso construído uma impossibilidade de compreender a história da África, das populações africanas e de seus descendentes.

Portanto há necessidade de haver a quebra de paradigma, e desconstruir a história da África e a dos africanos, porque a base da formação da sociedade brasileira traz consigo o estigma de ser marcada por sangue de pessoas negras.

Portanto, a África tem história como qualquer outra parte da Terra que tenha abrigado seres humanos que viveram em grupos, desenvolveram formas de sociabilidade, expressões culturais particulares e passaram por processos de transformação ao longo do tempo – que são a matéria-prima da história. Continente com enorme diversidade interna, tanto geográfica quanto cultural, abrigou histórias ainda pouco conhecidas entre nós devido aos vários preconceitos que predominaram até muito recentemente. Séculos de tráfico de escravos africanos, regime de trabalho escravista e tratamento do negro como inferior, o que era fundamentado pelo pensamento teórico de então, deixaram as sociedades africanas à margem do conhecimento acerca da história da humanidade produzido a partir da Europa. (SOUZA, 2009, p. 2).

Em vista disso, percebe-se que a história África desempenha um papel no processo de ocupação de diversos determinantes concretos na formação da população brasileira, destarte, que o surgimento de um grupo que abriga um conjunto de expressões culturais que se desenvolveram e passaram por transformações ao longo do tempo, isto é, o negro. Segundo Ferreira (2002), o negro africano é o percussor da identidade do brasileiro afrodescendente, pondera-se, que a identidade afrodescendente brasileira se formar a partir de uma necessidade de se (re)afirmar como um negro de descendência africana e que se orgulha da sua origem.

Além do mais, essa construção identitária se forma de maneira contraditória no Brasil, pois o discurso da democracia racial em país miscigenado se contrapõe com o processo de desvalorização da pessoa negra ocasionado por uma visão dominante de um mundo branco, ou seja, preconceito que não é abertamente afirmado na sociedade devido as esses termos superficiais que não se materializam na realidade (FERREIRA,2002). Desse modo, historicamente a população negra e seus descendentes encontra sua condição de existência e o



exercício da cidadania danificada por processos que desqualificaram sua sociabilidade. Conforme aponta Ferreira (2002):

Estou querendo apontar três condições favoráveis ao desenvolvimento do preconceito e sua forma de expressão no Brasil: (a) uma concepção constitutiva das subjetividades ocidentais, desenvolvida na modernidade, que busca ordem, desvalorizando ou eliminando o 'diferente'; (b) um processo histórico, legitimado por tal concepção, que levou à escravidão do africano e redução de sua condição a mero objeto de uso; (c) posteriormente, já após a Abolição, o desenvolvimento de concepções, apoiadas pela ciência, acerca da inferioridade racial do negro, a ponto de se 'prever' sua extinção na constituição do povo brasileiro. (FERREIRA, 2002, p. 75).

Portanto, atualmente a população negra no Brasil tem-se articulado a partir de sentimento de constituir um movimento de resistência contra o racismo, de tal modo isso perpassa por estratégias que iram amenizar diversas práticas racistas no cotidiano, uma vez que a educação étnica, cultural e racial é um instrumento educacional para a transformação da sociedade, com viés de educar por meio das características étnico-raciais vislumbra-se a luta pela efetividade da cidadania a uma parcela da população que historicamente ficou alijada desse bônus social.

Questões Étnico raciais e a Educação Escolar Brasileira.

Em um país onde a diversidade cultural é significativamente grande, discutir questões sobre as relações étnico raciais no âmbito da educação se mostra imprescindível.

Nesse sentido, a criação de políticas públicas no âmbito educacional assim como a mudança nos currículos escolares exerce fundamental importância para a superação de uma cultura racista. Neste sentido, a discussão estaria no âmbito da inserção da cultura africana nos debates dentro das escolas convergindo para uma consciência da diversidade multicultural objetivando o respeito a essas diversidades. Percebendo a escola como instrumento ímpar na construção do indivíduo como cidadão, e como instituição, por vezes geradora de um racismo velado, a necessidade de políticas públicas contra o racismo é latente. Nesse sentido, a Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, estabelece:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra-brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e

Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

O excerto acima caracteriza um movimento de quebra de paradigmas racistas do currículo escolar inserindo no ensino básico a história do negro e seu papel na sociedade. Sobre a mencionada lei, Gomes (2012) ressalta que:

A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. (GOMES, 2012. p.105).

É importante destacar, que tais medidas políticas são resultados de longos anos de luta contra a opressão e constante resistência por partes dos negros no Brasil. A lei nº 10.639 busca antes de tudo, reparar os danos que ao longo dos anos os afrodescendentes sofreram pelas suas raízes históricas no Brasil. Embora em 1888, tenha sido assinada a lei que libertava os escravos de seus alcoses, estes não foram comportados nas dinâmicas sociais da época, do mesmo modo sua história e cultura. Na prática, os ex-escravos foram segregados e marginalizados.

Inalcançados por qualquer sorte de políticas públicas, os negros foram esquecidos enquanto sujeito de sua própria história. Desde meados do século passado, a negritude toma a frente da construção de sua própria história subvertendo a lógica vigente e reestruturando conceitos e paradigmas já ultrapassados por meio de lutas e movimentos sociais. Lutando por seu espaço de voz e ação na sociedade brasileira, o movimento negro vem afirmando sua representatividade no âmbito político, exigindo cada vez mais os devidos amparos no qual o Estado deve a estes enquanto cidadãos plenos, os quais por séculos foram negados dessa condição.

Nesse sentido, cabe ao Estado, enquanto corpo político representante da população em sua integralidade, fornecer subsídios para a produção de políticas públicas integradoras do negro na sociedade, não meramente uma integração quantitativa como foi feito no passado, mas uma integração qualitativa na qual seja possível o pleno gozo da cidadania. Para tal, é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas de cunho específico a essa camada da população haja vista as particularidades do problema.



As políticas públicas de ação afirmativa convergem para esse fim inclusão qualitativa. Tendo como objetivo a compensação por anos de opressão contra os negros. As cotas nos processos seletivos das IES-Instituições de Ensino Superior- ao longo do território nacional exemplificam bem esse tipo de política, seja conjuntamente empregada a condição econômica do participante ou de forma distinta, considerando apenas a cor, é inegável a importância destas para a inserção dos negros às universidades.

Tendo a cultura africana seu espaço na escola, ao menos no nível teórico, trata-se agora das disciplinas escolares convergirem e dialogarem a este encontro. Compreendendo o negro e sua história como parte indissociável na construção das mais diversas ciências e assimilando a partir das disciplinas escolares a importância destas para a construção econômica, social e cultural do Brasil, tem-se um cenário frutífero para a criação e desenvolvimento de uma consciência nacional mais diversificada culturalmente. Nesse processo de (re)compreensão da formação e história do espaço brasileiro a partir de novos olhares, permitindo-se novos pontos de vistas, tem-se também a (re)formulação de novas características e dinâmicas, em especial às ciências sociais (ou humanas) as quais buscam compreender a relação entre os indivíduos e os diversos grupos de indivíduos.

Retornando a Gomes (2012), temos um importante desafio às ciências, tanto no âmbito da educação básica quanto na produção do conhecimento acadêmico nas instituições de ensino superior.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012. p.102).

Portanto, a necessidade de se levar o ensino sobre a história da África e dos Afrodescendentes para dentro do ambiente escolar, assim como a mudança nas posturas e ações dos educadores frente a esses novos desenhos curriculares mostra-se de extrema importância para o êxito na inserção cidadã do negro no processo da educação brasileira.

A desnaturalização do racismo a partir do conhecimento geográfico.

De acordo com as ideias supracitadas, alguns questionamentos devem ser abordados, tais: como subsidiar os educadores para escolher os materiais necessários para ter culminância

em uma prática inclusiva, através do conhecimento geográfico? Quais proposições educacionais necessárias para garantir a diversidade humana, cultural e Étnico raciais, utilizando-se das práticas pedagógicas atreladas a ciência geográfica?

Nesse sentido, há a necessidade de colocar em prática os conhecimentos geográficos para desnaturalizar e combater o racismo ambientado, também, nas redes de ensino. Para isso, Callai (2001) afirma que, é necessário entender que o estudante é um ser humano dotado de historicidade e experiências adquiridas em sua própria vivência e a partir desse pressuposto ampliar e aprofundar conhecimentos do seu espaço e lugar correlacionando com outros distintos.

Como fazer isto é a grande questão. Há sem dúvida uma extrema necessidade de redefinir em novas bases (do mundo atual) o conteúdo do ensino que fazemos (e também de Geografia) e de criar e recriar formas pedagógicas capazes de dar um sentido ao nosso trabalho de professores, e à aprendizagem que entendemos necessária para os alunos, socializando o conhecimento. (CALLAI, 2001. p. 136).

Com isso, identificar e aplicar propostas que condizem com a realidade do aluno, especificamente do aluno que sofre racismo, tanto aparente quanto velado, é, parafraseando Callai (2001), introduzir o estudante ao mundo e lhe fornecer instrumentos e condições necessárias para ler e enfrentar as adversidades da sua realidade. Contudo, a disciplina Geografia, no ensino básico, é vista usualmente como enfadonha e monótona, consequência de metodologias deficientes em contextualizar a realidade vivida pelos alunos. Ao trabalhar o espaço apenas pelo viés descritivo e descompactado com a realidade do estudante, desfavorece o pensamento crítico, transformador, e restringe a formação cidadã, pois aprisiona o aluno numa lógica alienadora e não proativa.

Por conseguinte, a desigualdade Étnico racial ainda é latente como consta nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que aponta:

[...] a vulnerabilidade social de pessoas negras era 49% maior que de pessoas brancas e esta diferença continuou alta em 2010, igual a 48%. Em números absolutos, os resultados evidenciam que a desigualdade de cor continua significativa, ou seja, os dez anos de referência não foram suficientes para minimizar ou reduzir esta desigualdade. (IPEA, 2017).

Os dados permite a reflexão crítica do espaço através dos instrumentos geográficos que será alcançado a partir da consciência negra, da luta diária contra o racismo e da preservação



da própria existência, uma vez que esse cidadão analisará, através das lentes geográficas, o espaço permitindo assim, ler e compreender o problema gerador, assim transforma-lo, como constata Straforini (2004):

O papel da Educação e, dentro dessa, o do ensino de Geografia é trazer à tona as condições necessárias para a evidenciação das contradições da sociedade a partir do espaço, para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo com o presente e, a partir daí, uma outra possibilidade para a condição da existência humana. (STRAFORINI, 2004. P. 178).

Destarte, o pensamento geográfico traz uma carga de aprendizagem e uma série de atributos próprios do espaço geográfico como o estudo de escalas, análise de processos territoriais, interdisciplinaridade e diversidade, assim como leituras metodológicas específicas como gráficos, tabelas, mapas, dentre outros (DE MIGUEL, 2016).

Nesse campo geográfico, é identificadas as armas educacionais para o combate das formas de preconceito, especificamente a desnaturalizar o racismo, haja vista que esse acervo de informações e verdades descritivas são de suma importância para embasar uma formulação de conceitos, ideais, e de viés emancipatórios que o aluno deve se apropriar ao exercício da cidadania (CALLAI, 2001).

A partir disso, é valioso ressaltar o papel do professor como condutor dessa tarefa pedagógica de forma entusiasmada, sedutora e objetiva. Pois assim, aplica e vê a aprendizagem como processo que se consolida por meio dos conceitos geográficos com o objetivo de despertar no estudante a consciência crítica como, produtor e produto do contexto social, com sua própria história busca superar o comodismo, e romper com a visão de senso comum para superar os obstáculos enfrentados na realidade:

Uma postura pedagógica que permite ao aluno se dar conta da dignidade e do valor de suas próprias percepções e histórias é uma postura que permite estudar a própria realidade concreta em que se vive, superando o senso comum e reconhecendo a história do meio em que vive como a sua própria história. A partir daí põe-se a necessidade de abstrair da situação concreta em que se vive, a fim de buscar as explicações gerais que dão conta das realidades locais. (CALLAI, 2001. p. 147).

Por conseguinte, para o sucesso da desnaturalização do racismo através dos pilares geográficos, são definidores os processos que tangem aos conceitos da geografia como região, paisagem, lugar, território, rede como suporte, destaca KAERCHER (2004, P.56), “para a construção espacial na discursão e reflexão de valores éticos, estéticos e políticos das

sociedades e espaços a que pertencemos”, é significativo que o aluno compreenda esses conceitos e conecte com sua realidade entendendo assim o urbano, o rural, a relação entre nações, os conflitos sociais e as relações de pertencimento a um lugar. A este último, para Cunha (2008 p. 184) é na autenticidade de localizar ações, expectativas e possibilidades que se atribui um sentido cultural, subjetivo e político.

Nesse sentido, combater o racismo, principalmente dentro do campo de ensino, através das lentes geográficas, é se apropriar dos conceitos supracitados e entender que dentro de um espaço/lugar, no qual se configura todos os outros conceitos da geografia essenciais para entender os produtos da ação do homem em que produzem e materializam (THIESEN,2011), exista a possibilidade de leitura crítica e transformadora no viés de mudança social e prática da justiça social.

Considerações finais.

O trabalho apresentado permite reflexão sobre alguns condicionantes históricos concretos da dinâmica complexa que relaciona a importância da função do conhecimento escolar na conjuntura de uma sociedade moldada por uma formação histórico-geográfica com raízes em um passado colonial de característica profundamente racista.

De tal forma que corroboramos com a ideia de que a geografia escolar permita ao aluno não apenas conhecer a realidade, mas refletir e agir consciente nessa realidade. De modo que, a escola proponha-se a construir não só o aluno consciente, mas o cidadão que tem a percepção crítica das relações histórica e sociais.

Observa-se, que a população negra, africana, é a precursora da identidade do brasileiro afrodescendente e agente definidora da formação espacial do território brasileiro, uma vez que o negro passou diversas situações degradantes, e desumanas no contexto da formação espacial brasileira.

Diante disso, a relevância de discutir e valorizar as questões das relações étnico-raciais na educação e na sociedade brasileira, advém de uma grande quantidade de atores sociais deste território que se baseiam em negar sua identidade multifacetada e a importância do negro na formação do país, deste modo, a necessidade de ensinar sobre a história da África , os afrodescendentes , os movimentos de resistência da população negra frente ao racismo



institucionalizado, a escravidão no Brasil e entre outros assuntos. Dito isso, o ensino desses assunto na geografia se deve construir com a intencionalidade de (re)afirmar o negro como sujeito de grande importância para esse país.

Portanto, ensinar geografia a partir das relações étnico-raciais favorece a educação étnica, cultural e racial como um instrumento educacional para a transformação da sociedade, igualmente, esse processo é ocasionado por meio da criação de políticas públicas no âmbito educacional com a criação de currículos escolares que compreendam o movimento negro como instrumento de construção da cidadania.

Por fim, o processo de desnaturalização do racismo a partir do conhecimento geográfico é ocasionado por ações humanas que permitem a reconstrução e releitura do espaço, por permitir o estabelecimento da cidadania, que não se constrói no isolamento, mas no coletivo, pois se constrói com o outro (SANTOS,2014). Posto isto, o conhecimento geográfico é um poderoso mecanismo capaz de permitir a construção reflexiva da consciência sobre as mazelas historicamente construídas e instituídas a partir da difusão do racismo. Consideramos que o pensamento geográfico pode corroborar para se opor as ações racistas na sociedade brasileira, pois de modo geral, busca-se materializar a geografia escolar com fins de desnaturalizar o racismo, que perpassa em colocar em prática a efetividade dos conceitos de espaço, lugar, liberdade e cidadania para formação cidadã.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre. São Paulo. n. 16 p. 133-152 1o semestre/2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, p. 1-123.
- CAVALCANTI, Lana de S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana.** Campinas (SP): Papiros, 2008.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia escolar e construção de conhecimentos.** Campinas, SP: . 18 ed. papiros, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- CORTEZ, José Xavier. Apresentação. In: KI-ZEBRO, Joseph (editor). **Metodologia e pré-história da África.** 3. Ed. Tradução MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO,2011. – (Coleção História Geral da Afric; vol.1).

CUNHA, Maria Isabel da. **Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários**. Revista Educação UNISINOS. V-12, n.3. Rio Grande do Sul: 2008

FERREIRA, Ricardo Franklin. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente**. Psicologia e sociedade, v.14. Universidade de São Marcos: 2002, p.69-89.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>> Acesso em: 05 abr. 2019

KAERCHER, Nestor André. **Quando a geografia crítica pode ser um pastel de vendo**. Mercator-Revista de geografia da UFC. Ceará: 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2005b.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; ROCHA, Betty Nogueira; PINTO, Carlos Vinícius da Silva; COSTA, Marco Aurélio; CURI, Rodrigo Luis Comini. **A nova Plataforma da vulnerabilidade social: primeiro resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da PNAD(2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/170823_lancamento_ivs_metodologia_e_primeiros_resultados.pdf. Acesso em: 10 abril 2019.

MELO, Luís Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. Vozes, 13.Ed. Petrópolis: 2007.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROGERIO, JOSÉ. **Exclusão Social, Privações e Vulnerabilidade: Uma análise dos novos condicionamentos sociais**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora da Universidade de São Paulo, 4. Ed. 4. Reimpr. São Paulo: 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 Ed, 2 reimpressão. Editora: Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

SOUZA, Marina de Mello e. **A África tem história?** Disponível em: <http://www.usp.br/neib/filesA%20Africa%20tem%20história.pdf.htm>. Acesso em: 21 maio 2009.

STRAFORINI, Rafael. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Estudos Avançados 32 (93), 2018.

THIESEN, Juarez da Silva. **Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.1, jan./abr. 2011.

WETTSTEIN, Gérman. **O QUE SE DEVERIA ENSINAR HOJE EM GEOGRAFIA** In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Para onde vai o ensino de geografia?**. 9 ed, 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010